



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0005371-42.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Gratificações Estaduais Específicas**
 Requerente: **Antonio Aparecido Teixeira e outro**
 Requerido: **Estado de São Paulo**

CONCLUSÃO

Em 30 de outubro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr^a. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Marta Regina Pereira, Assistente Judiciário, digitei.

Vistos.

Relatório dispensado nos termos do artigo 38, *in fine*, da Lei nº 9.099/95.

Passo a fundamentar e decidir.

Da ilegitimidade passiva.

A preliminar de ilegitimidade passiva *ad causam* arguida pela Fazenda do Estado não merece acolhimento, posto que atua o Estado como responsável solidário e subsidiário em relação à São Paulo Previdência - SPPREV. Esta afigura-se como mero pagador do benefício pretendido, competindo à Fazenda do Estado discutir ser ou não a vantagem pretendida devida, merecendo ser frisado que não versa a demanda sobre mero erro de cálculo do benefício.

Da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.

A Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009 instituiu os Juizados Especiais da Fazenda Pública na esfera dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

O fator que justifica a propositura da ação no Juizado Especial é, como regra geral, do valor da causa, até sessenta salários mínimos, nos moldes estabelecidos pelo artigo 2º, *caput* da Lei específica.

“Artigo 2º - É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos”.

As exceções vêm previstas nos parágrafos e dizem respeito à natureza da demanda ou do pedido, pelo tipo de procedimento e pelos personagens da relação jurídica processual (art. 2º, ° 1º), *verbis*:

§ 1º - *Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:*

I - as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;

II - as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculados;

III - as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares”;

A lei estabeleceu que a competência é de natureza absoluta, segundo o disposto no artigo 2º, § 4º:

“§ 4º - *No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.*”

Portanto, no caso em comento a questão não está excluída da competência deste Juízo, já que o cálculo apresentado pela parte autora encontra-se nos limites do teto legal. Igualmente, não vislumbro complexidade da causa a ponto de haver necessidade de produção de prova pericial.

Ademais, a matéria não está elencada no rol de exclusão acima descrito, sendo cabível a apreciação por este Juízo.

Da falta de interesse processual.

Alega a FESP que os autores são carecedores da ação, por falta de interesse processual, pois a Gratificação por Atividade de Polícia-GAP já foi incorporada às suas pensões, desde 01/01/2008, com a edição da Lei Complementar nº 1.021/2007. Seu argumento, contudo, prospera apenas em parte, pois buscam os autores o recebimento dos valores do GAP referentes ao período de janeiro/2003 a janeiro/ 2008, conforme



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

consta de fls. 9 e 191, portanto anterior à edição da Lei e mais as "parcelas vincendas", que limitou a 12 meses partir de janeiro de 2012.

Quanto a estas últimas, realmente há carência de ação, por falta de interesse de agir, eis que o GAP, de fato, foi incorporado aos vencimentos, a partir da edição da Lei Complementar nº 1.021/2007, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008.

Com efeito, a GAP, criada a partir da Lei Complementar Estadual nº 873/00, reconhecidamente estabelecia uma modalidade de aumentos de vencimentos, camuflada de gratificação. O entendimento pacificado nas Varas da Fazenda Pública e nas Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça apontavam para essa certeza. E a solução adotada era a de determinar a incorporação da GAP aos proventos de aposentadoria dos servidores aposentados e, em caráter preventivo, declarar a natureza de aumento de vencimentos, com incorporação aos vencimentos dos servidores no exercício da atividade pública.

Ao promover a extinção e incorporação da GAP a Lei Complementar Estadual nº 1.021/07, em seu artigo 1º, assim disciplinou:

Artigo 1º - O valor da Gratificação por Atividades de Polícia - GAP, instituída pela Lei Complementar nº 873, de 27 de junho de 2000, fica absorvido nos vencimentos e proventos dos integrantes das carreiras policiais civis e militares, bem como nas pensões percebidas por seus beneficiários.

Neste sentido a jurisprudência do E. TJSP:

"Com efeito, com a edição da Lei Complementar Estadual nº 1.021/2007, a GAP - Gratificação por Atividades de Polícia ficou absorvida nos vencimentos e proventos dos integrantes das carreiras policiais civis e militares, bem como nas pensões percebidas por seus beneficiários, alterado o padrão de vencimentos dos mencionados servidores, além de extinguir a Gratificação". Todavia, a lei só entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, passando a produzir efeitos a partir desta data. Logo, considerando que os autores postulam a diferenças relativas ao não pagamento da GAP desde as instituição até a vertente data, remanesce seu interesse de agir com relação ao período que vai desde a criação da gratificação, com a edição da LC nº 873, em 27 de junho de 2000 até a sua extinção, pela LC nº 1.021/2007, sendo certo, todavia, que esta



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

lei só entrou em vigor era 1º de janeiro de 2008, quando passou a produzir efeitos" (Apelação Cível nº 784.213-5/9-00, Relatora Regina Capistrano, 1ª Câmara de Direito Público, d.j. 05/08/2008).

PREVIDÊNCIA SOCIAL SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADES DE POLÍCIA-GAP INSTITUÍDA PELA LC 873/2000 - EXTENSÃO AOS APOSENTADOS CABIMENTO - BENEFÍCIO PAGO A TODOS OS SERVIDORES DA ATIVA - REMUNERAÇÃO DE CARÁTER GERAL EXTENSÍVEL AOS INATIVOS, NOS TERMOS DO ART. 40, § 8º, CF LEI COMPLEMENTAR Nº 1.021/2007 EXTINGUIU GRATIFICAÇÃO AO INCORPORÁ-LA AOS VENCIMENTOS DE TODOS OS POLICIAIS - VIGOR A PARTIR DE 01.01.2008 - GAP DEVIDA ATÉ ESTA DATA - RECURSO DA FAZENDA DESPROVIDO. (Apelação Cível nº 852.048-5/5-00, Relator Renato Nalini, 1ª Câmara de Direito Público, d.j. 27/01/2009).

Da Prescrição das parcelas vencidas antes do quinquênio que antecedeu ao ajuizamento da ação.

Os autores pretendem receber o benefício do GAP relativo ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2008, mais as parcelas vincendas, 12 meses a partir de janeiro de 2012. É o que se depreende da inicial e planilha juntada, não obstante aquela esteja um tanto quanto confusa. Em relação às "parcelas vincendas", este Juízo já reconheceu acima a falta de interesse de agir. Já quanto ao primeiro período, foi atingido pela prescrição, nos termos do que estabelece o artigo 1º do Decreto 20.910 de 1932:

“Art. 1º - As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em **cinco anos** contados da data do ato ou fato do qual se originarem.” (grifei).

Nota-se que, na hipótese de prestações periódicas, não ocorrerá propriamente, a prescrição da ação, mas, sim, a prescrição das parcelas anteriores aos cinco anos de seu ajuizamento.

Ademais, de acordo com a Súmula 85 do C. Superior Tribunal de Justiça, “Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação”.

No caso dos autos, estão prescritas as parcelas que pretendem receber os autores, pois vencidas antes de cinco anos da data do ajuizamento da ação.

Ante o exposto, *quanto às " parcelas vincendas", determino a extinção do processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 267, VI do CPC e, quanto ao período de agosto de 2006 a janeiro de 2008, reconheço a prescrição e declaro extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso IV, do CPC.*

Não há condenação nos ônus da sucumbência, já que o feito foi processado nos termos da Lei 12.153/09.

P. R. I. e C.

São Carlos, 11 de dezembro de 2013.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

DATA.

Em ____ de outubro de 2013, recebi estes autos com o r. despacho/sentença supra. Eu, _____, Esc. Subscrivi.